

MUSEU DE ARQUEOLOGIA BÍBLICA PAULO BORK DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO: OS CAMINHOS DO DIÁLOGO COM A COMUNIDADE.

MUSEUM OF BIBLICAL ARCHAEOLOGY OF THE ADVENTIST UNIVERSITY CENTER IN SÃO PAULO: WAYS OF COMMUNICATING WITH THE COMMUNITY

Rodrigo Pereira da SILVA¹

Janaina Silva XAVIER²

Resumo: Este artigo faz uma breve análise da importância da arqueologia como instrumento pedagógico e de suas potencialidades dentro do contexto universitário. Apresenta o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), sua concepção, acervo, estrutura e organização. O texto conclui descrevendo algumas das iniciativas do museu para promover o diálogo com a comunidade.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural. Arqueologia Bíblica. Museu.

Abstract: This article briefly reviews the importance of archeology as a pedagogical instrument and its potentialities within the university context. Presents the Museum of Biblical Archaeology Paulo Bork of Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), design, collection, structure and organization. The text concludes by describing some of the museum's initiatives to promote dialogue with the community.

Key words: Cultural Heritage. Biblical Archaeology. Museum.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma breve discussão a respeito da arqueologia como instrumento pedagógico e de educação patrimonial e reflexões sobre os meios de

¹ Pós-doutor em Arqueologia Bíblica (Andrews University). Doutorando em Arqueologia Clássica (USP). Doutor em Teologia Bíblica (UNIFAI). Mestre em Teologia Histórica (ISI – FAJE). Bacharel em Teologia (IAENE). Professor de Arqueologia do UNASP-EC e curador do Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork (UNASP-EC).

² Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). Especialista em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos. Licenciada em Artes Visuais. Assistente do Centro de Pesquisas Ellen G. White (UNASP-EC) e Professora do curso de História do UNASP-EC.

atingir o público de forma mais eficaz e abrangente. Apresenta o conceito de arqueologia bíblica e faz um rápido panorama mundial dos museus dedicados a esse setor e por fim analisa a experiência de um museu de arqueologia bíblica no contexto de um campus universitário no Brasil, na tentativa de identificar e avaliar seus desafios, potencialidades, entraves e conquistas.

A ARQUEOLOGIA E SEUS DESAFIOS DIALÓGICOS

Primeiramente é preciso ter bem claro que a arqueologia é uma ciência que amplia o conhecimento e a compreensão da cultura e dos modos de vida dos povos antigos e, assim sendo, seu valor como instrumento pedagógico já é por muito tempo comprovado.

A materialidade dos artefatos arqueológicos traz em si signos de conduta, regras sociais, conceitos de economia, religião, educação, valores, etc., que não são significativos apenas para os povos que os vivenciaram, mas também para a atualidade. Azevedo Netto coloca o patrimônio arqueológico como possuidor de significados simbólicos que se acumularam ao longo de sua existência e que envolvem os motivos pelos quais foram criados, suas funções para as sociedades que deles usufruíram, e as formas como foram ou não preservados até o presente momento (NETTO, 2008, p.11).

Almeida (2003, p. 281) amplia esse conceito dizendo que o objeto arqueológico além de ser uma referência do passado, é uma referência do presente, porque é no presente que estabelecemos as relações entre o indivíduo e o patrimônio; é no presente que os grupos sociais elegem o seu patrimônio.

Mas apesar dos reconhecidos avanços, especialmente da Arqueologia Pública, ainda se percebe a existência de certo abismo entre o patrimônio arqueológico e a comunidade (CARVALHO, 2010, p. 55; CARVALHO e FUNARI, 2009, p. 1; MERRIMAN, 2004, p. 2). O número de museus em solo brasileiro é desproporcional ao tamanho continental do nosso território. Além disso, mesmo entre o restrito grupo de frequentadores desses museus a compreensão do patrimônio arqueológico é limitada. Não existe diálogo significativo entre os artefatos e o público em geral. Mas por que isso acontece? O visitante, em sua maioria, acredita que a Arqueologia seja uma atividade exótica e, portanto, que serve apenas como divertimento tendo valor somente como curiosidade (ALMEIDA, 2003, p. 276).

Outro obstáculo ao desenvolvimento do conhecimento arqueológico é a falta de profissionais qualificados para fazer essa mediação entre os visitantes e o museu. Há um limitado número de cursos de arqueologia e museologia no país. Os antigos gregos já se perguntavam se a academia (protótipo da futura criação das universidades) seria

um bem público ou privado, i. e. enclausurado a poucos. Hoje a discussão volta à tona e já se sabe que muitas são as possíveis contribuições de um centro acadêmico de nível superior para a educação patrimonial arqueológica.

Primeiramente está a sugestão pedagógica de uma docência que ultrapasse os limites da sala de aula. O contato com os bens culturais facilita a compreensão de temas que são muito abstratos quando se resumem ao conteúdo bibliográfico usado na maioria das aulas.

Conceitos e competências antes muito distantes da realidade do docente se tornam mais claros e “óbvios” se convertidos numa materialidade. Pouquíssimos são os professores e alunos que têm a oportunidade de viajar ao exterior e contemplar obras e artefatos da antiguidade clássica ou mesmo conhecer objetos da história de nosso próprio país. Assim, a presença de um museu num centro acadêmico traz essa realidade para mais perto, concretizando o saber e os conceitos da matriz curricular.

No que diz respeito à comunidade e àqueles que não fazem parte do corpo discente da instituição, o treinamento dos estudantes, que podem servir de monitores em visitas guiadas, cria uma ponte entre a academia e a sociedade que a acolhe. Ademais, a possibilidade de se realizar pesquisas envolvendo estudos de caso relacionados à realidade do discente e o acervo do museu é de tremendo valor para a produção do conhecimento. A partir da posse de determinado acervo histórico no centro acadêmico, todos (professores, alunos e comunidade) podem e devem ser envolvidos no programa de relação entre a sociedade e o conhecimento, tendo, neste caso, o patrimônio material como elemento de comunicação entre os grupos.

Esse contato do público com o acervo precisa ser feito da forma mais compreensível e adequada possível. A exposição tem que ser de fácil assimilação dos conhecimentos científicos; ser submetida a avaliações e revisões frequentes, levando em conta as múltiplas possibilidades que permitem o entendimento do passado (CARTA DE LAUSANNE, 1990).

As exposições e ações educativas promovidas pelas instituições museológicas cumprem o papel de interação com a comunidade, por isso elas precisam ser pensadas de forma ampla, levando em consideração a conservação patrimonial adequada, o gerenciamento da informação e os discursos expositivos, contribuindo para o desenvolvimento de uma identidade entre os expectadores e o patrimônio cultural.

Os recursos midiáticos também são ferramentas que não podem ser dispensadas, pois eles permitem mobilizar um grande número de pessoas. (BASTOS, 2005, p. 71) Funari (2007, p. 65) apoia o emprego da tecnologia como aliada ao afirmar que os arqueólogos devem agir com a participação da comunidade, realizando

pesquisas não para a diversão, mas para a compreensão do passado e que esse trabalho científico deve ser disponibilizado por meio de diferentes mídias.

Holtorf (2007, p. 107) sugere a existência de pelo menos três caminhos ou soluções para aumentar a relação entre a cultura arqueológica e o público em geral: 1) educação; 2) relação pública; 3) democracia do saber.

Por educação, entende-se o ensino do eixo iluminista com sua dicotomia entre a sociedade e os centros acadêmicos. Neste contexto o arqueólogo é aquele que “ensina” a sociedade acerca de seu passado, mas não dialoga nem discute com ela, apenas a doutrina. Os leigos, como aprendizes passivos, recolhem o aprendizado sem nenhum estímulo a refletirem sobre ele.

Já a relação pública seria a tentativa publicitária de melhorar a imagem do arqueólogo perante o público. Apesar da validade de sua proposta, a dose exagerada deste marketing pode caricaturizar a ciência arqueológica de modo a torná-la o produto distorcido de uma mídia que nada tem a ver com a realidade. Um exemplo disso seria a criação de personagens como Indiana Jones ou a Caçadora de Relíquias. E não somente filmes, mas também certos documentários explorados por canais televisivos e artigos publicados em revistas populares tendem a criar hipérboles arqueológicas e vincular arqueólogos profissionais ao seu ofício.

Por fim, tem-se o terceiro caminho preferido por Holtorf que é a democracia do poder. Para ele todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos, logo, o especialista não teria algo apenas a “ensinar”, mas também a “aprender”. A educação cartesiana vertical (arqueólogo-público) se torna um diálogo comunitário.

Este realmente parece ser o caminho mais interessante dos três, mas ele pode também apresentar distorções. O próprio conceito de Holtorf de que valorização igualitária do saber, segundo a qual, todos os saberes indistintamente podem variar de acordo com a trajetória de cada um, mas possuirão finalmente igual importância, é de certo modo problemático. Realmente não deve existir hierarquia de saber no sentido de que o saber do mecânico não deveria ser menos importante que o saber do doutor em literatura. Não obstante, se a problemática vigente é descobrir se Shakespeare realmente escreveu Hamlet, o saber do mecânico será definitivamente menos eficaz. Os papéis, é claro, se invertem se a problemática passa a ser um carro que não quer dar a partida.

Assim, é possível postular que o arqueólogo munido de uma cultura material ao seu alcance (seja ela um museu ou um sítio de escavações) e que esteja disposto a usar esta mesma cultura para o enriquecimento cultural da comunidade prestará um tremendo serviço social. Para evitar distorções ele não deve se apresentar como o detentor exclusivo do saber ou o único que pode falar em nome da arqueologia. Deve

dialogar com as pessoas, ouvir sugestões, compartilhar experiências. Ensinar, mas também aprender. Contudo, sem relativizar a importância de um rigor metodológico em suas pesquisas e conclusões.

Também não se pode deixar, é claro, de valorizar a mídia e a contribuição que a mesma pode dar à divulgação da ciência. Em que pese à resistência de alguns e a desconfiança de outros, não se pode fugir à realidade de que vivemos numa cultura midiática. E se no passado os católicos latinos diziam “*extra Ecclesiam nulla salus*” (fora da igreja não há salvação) hoje é possível dizer que “fora da mídia, praticamente não haverá divulgação”. Portanto, não se trata de resistir ao modelo midiático da relação pública, mas usá-lo com sabedoria e coerência. O mesmo vale para o modelo educacional, exceto nas propostas que sugerem uma soberba do saber especializado sobre os demais saberes da sociedade.

Netto (2008, p.11) por sua vez aponta três campos de divulgação distintos para as ações de base educacional e informacional do patrimônio arqueológico: 1) Veículos mais acadêmicos e formais - publicação de livros e artigos; apresentações em congressos, participação em grupos de pesquisa; 2) Veículos de comunicação de massa - reportagens em redes de televisão aberta, jornais de grande circulação e revistas de generalidades, bem como campanhas pontuais de preservação; 3) Comunidade do entorno – atividades de educação patrimonial que promovam o conhecimento sobre os bens culturais.

Deste modo, as iniciativas no campo da educação devem ser as mais amplas possíveis, valendo-se de todos os meios à disposição. Para ser bem sucedido, um museu não deve restringir-se apenas a atender um grupo específico, mas a todas as camadas da sociedade, empregando diferentes estratégias conforme a situação assim o exija.

ARQUEOLOGIA BÍBLICA E SEU DESENVOLVIMENTO MUSEOLÓGICO

A arqueologia bíblica é um ramo da arqueologia dedicado a investigar restos materiais relacionados ao universo bíblico ou a história das religiões judaica e cristã. Os métodos científicos empregados são os mesmos da arqueologia, concentrando seus esforços nos locais mencionados nos relatos bíblicos, na denominada Terra Santa, no Oriente Médio. Atualmente, essas regiões estão tomadas por escavações, sítios arqueológicos e museus abertos.

Foi o desejo de verificar a confiabilidade e a autoridade das Escrituras que deu origem as pesquisas arqueológicas, já no século XIX. A arqueologia bíblica não surgiu com a pretensão de comprovar a veracidade da Bíblia, mas recuperar restos materiais

que pudessem iluminar os períodos descritos nas Escrituras. Portanto, sua função não é confirmar ou desmentir os eventos bíblicos e nem influenciar doutrinas teológicas, ela não entra no terreno da fé, porém suas descobertas têm contribuído para esclarecer relatos sobre personagens, lugares e eventos mencionados nos escritos sagrados.

O destino desses achados arqueológicos em geral tem sido os museus, criando uma relação arqueologia-museologia que, apesar de ter sido tema de discussões entre pesquisadores, ainda tem muito por ser debatido. (BRUNO,1992, 1996, 1999 e 2005; CALDARELLI, 1982; COSTA, 2005; RIBEIRO, 2007; etc.) A cada ano inúmeras peças arqueológicas ingressam nas coleções museais demandando tratamento adequado e salvaguarda.

Os objetos que foram retirados de seu contexto por meio de escavação, não podem ser reinseridos no sítio arqueológico, uma vez que a relação do objeto com o ambiente foi desfeita, resta então aos museus oferecer condições propícias à guarda desses materiais. Deve-se levar em consideração que essas são peças frágeis, únicas e de naturezas diversas, o que dificulta o trabalho do conservador.

A pesquisa das peças também é outro desafio, pois as características particulares de cada achado demandam a intervenção de diferentes especialistas para serem compreendidas e algumas delas quando sozinhas não provêm informações suficientes para o seu entendimento. Existem ainda restos que não contém atrativos estéticos para serem expostos, porém são extremamente importantes para o conhecimento arqueológico, como lascas de pedra, refugos, cacos, ossos, etc.

Assim sendo, é necessário um maior diálogo entre o arqueólogo e o museólogo, fazendo a ponte entre a origem do artefato e o seu destino final. O museólogo precisa compreender o contexto em que a peça foi coletada e o arqueólogo necessita entender os processos de curadoria, sobretudo os relacionados à documentação, conservação e difusão.

Enfim, podemos afirmar que nem tudo que é arqueológico pode estar fisicamente num museu formal, a menos que o sítio arqueológico se torne um museu. Todavia, reproduções, resultados das pesquisas e imagens podem ser expostos no museu.

Com relação aos museus de arqueologia bíblica, podemos dizer que poucas são as instituições museológicas que se destinam exclusivamente a este ramo da arqueologia. Segundo dados atuais do EXARC (International Organisation of Archaeological Open Air Museums and Experimental Archaeology), afiliada do ICOM (International Council of Museums), existem 81 membros registrados em mais de 20

países, todos na Europa. São museus arqueológicos ao ar-livre, grupos de pesquisa e museus experimentais, nenhum deles, porém específico de arqueologia bíblica.

Mas é no Oriente Médio que está localizado o museu que abriga a mais expressiva coleção de arqueologia bíblica, o Museu de Israel, fundado em 1965, com destaque para o seu acervo de Manuscritos do Mar Morto.

Outros museus de grande expressão, que embora não sejam diretamente voltados a arqueologia bíblica, contém peças ou seções do Antigo Oriente Médio que tem relação direta com o texto sagrado, seja contextualizando ou confirmando algo de suas páginas. Como exemplos deste porte temos o Museu do Louvre, em Paris, o Museu Britânico, em Londres, o Museu Pérgamo, em Berlim, o Museu do Vaticano e o Museu do Cairo, no Egito.

Contudo, museus de arqueologia bíblica estão crescendo em número nos EUA, tornando mais fácil entender o contexto da Bíblia sem a necessidade de viajar metade do mundo. Atualmente dezesseis instituições estão em funcionamento, a grande maioria delas ligadas e mantidas por faculdades e seminários, uma prova de que esta tem sido uma tendência nos grandes centros acadêmicos. Exemplos: Museu Sigfried Horn, da Universidade Andrews, em Michigan e o Museu de Chicago, em Illinois.

Seguindo essa linha de pensamento o Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP) inaugurou, em maio de 2000, o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork que será apresentado a seguir.

O CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO E O MUSEU PAULO BORK

O Centro Universitário Adventista de São Paulo, UNASP – campus Engenheiro Coelho, localizado na região metropolitana de Campinas, possui cinco mil alunos nos ensinos fundamental, médio e superior, sendo 1.400 deles em regime de internato. No ensino superior são oferecidos 14 cursos de graduação e 20 de pós-graduação.

Dentro do campus universitário está o Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork com o propósito de colecionar, investigar e expor achados arqueológicos mencionados no mundo da Bíblia, a fim de prover o melhor meio de apresentar a cultura da Europa (antes da Idade Moderna), Egito, Grécia e antigo Oriente Médio,³ relacionada à narrativa bíblica e à origem da história do cristianismo. A intenção de seus coordenadores foi criar uma coleção de objetos de cerâmica, moedas, estatuetas,

³ Os termos “Antigo Oriente Próximo” e “Oriente Médio” se referem à mesma região geográfica. O primeiro é usado na literatura especializada, mas a segunda, também correta, é de uso mais recente.

inscrições e outros artefatos que pudessem servir como amostras representativas dos diferentes períodos da história bíblica e do período pós-apostólico, incluindo a invasão islâmica em Israel e sobre a cristandade da Idade Média.

O museu de arqueologia do UNASP busca delinear uma abordagem inédita em solo brasileiro, criando uma relação acadêmica e contextual entre os visitantes e o mundo que produziu a Bíblia Sagrada. Considerando que este é certamente o livro mais divulgado da história e que a população brasileira é majoritariamente cristã (87% segundo dados do IBGE), lamenta-se a lacuna de amostras museológicas nacionais que contemplem o contexto bíblico do Oriente Médio.

A iniciativa justifica-se também porque a despeito da profissão cristã da maioria populacional deste país, teólogos têm apontado com grande ênfase a falta de conhecimento geral acerca do contexto bíblico ou mesmo das histórias que compõem esse livro religioso. Some-se a isso o fato do Brasil não conter até o presente momento nenhum acervo específico sobre o Oriente Médio enquanto ambiente formador da Bíblia Sagrada. A não ser por uns poucos artefatos como um códice grego do Novo Testamento e alguns objetos arqueológicos adquiridos por D. Pedro II (todos sediados em Museus do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional) nada temos que se compare ainda que de longe às grandes coleções expostas na Europa, Ásia e Estados Unidos⁴.

Não se trata, evidentemente, de uma amostra discriminatória em detrimento a outras confissões não cristãs presentes em solo brasileiro. O que se tem é a tentativa de oferecer um acervo que contemple esse segmento religioso nacional. Ademais, mesmo pessoas que não se identificam como cristãs podem se interessar pela cultura bíblica por questões de conhecimento geral, assim como qualquer cidadão que não seja muçulmano pode efetivamente demonstrar interesse em conhecer o mundo do Alcorão e do Islã.

O Museu Paulo Bork não se trata, portanto, de uma temática ufanista que põe em segundo plano outras confissões não cristãs presentes em solo brasileiro. A segmentação temática voltada ao mundo da Bíblia corresponde a uma tendência natural de vários museus ao redor do mundo e também presentes em território nacional. Um museu de cultura afro-brasileira, por exemplo, não estaria discriminando ou negando a presença indígena na formação cultural do Brasil apenas por não contemplar os índios em sua temática principal. O que não significa que os índios

⁴ Os curadores reconhecem que a inauguração de um museu com essas características em solo brasileiro acontece num momento de acalorados debates internacionais quanto à permanência de certos artefatos em museus do primeiro mundo ou sua devolução aos países de origem. O Museu do UNASP não se insere nesta polêmica por duas razões, primeiro trata-se de uma coleção de peças que embora raras em território nacional não são objeto de disputa nos países de origem. Ademais, procura-se através de documentos e autorizações (tanto para empréstimos quanto para exibição permanente) ter o aval dos governos de origem acerca daquilo que compõe o acervo atual.

devam ficar necessariamente ausentes de todo o acervo. O mesmo se dá com o museu do UNASP que embora centralizado na cultura Bíblica contempla paralelamente um ou outro aspecto de religiões não cristãs tanto antigas (como as religiões gregas e sumerianas) quanto ainda existentes (como o islamismo). E não se pode olvidar a grande ênfase ao judaísmo sem o qual se tornaria impossível entender o Antigo Testamento e as origens do movimento cristão.

Os organizadores do museu entendem que não é papel da arqueologia provar a Bíblia ou emitir pareceres sobre assuntos de fé. Não se trata de um museu de teologia e sim de arqueologia da Bíblia. A estratégia pedagógica dos objetos é levar o visitante ou pesquisador a conhecer o mundo bíblico, contatar de um modo geral o povo que compôs suas páginas, conhecendo-os através de seus artefatos, sua língua, seus valores morais, seus modos de comunicação entre si e com a realidade. Por isso mesmo, embora se reconheça que o cristianismo é um movimento bastante plural, o museu evita tratá-lo como linhas sectárias e com quaisquer conotações proselitistas.

Na terminologia arqueológica, a coleção do museu abrange um período de mais de 4500 anos, do chamado Bronze III (2600 a.C.) até o século 16 d.C. De fato, existem aproximadamente duas mil peças em exibição permanente providas do Egito, Síria, Líbano, Jordânia, Inglaterra, Itália, Portugal, Grécia, Iraque e Israel. Por meio de doações de diversas pessoas e instituições, a coleção está em constante processo de crescimento. O museu Paulo Bork é o primeiro núcleo adventista brasileiro destinado a arqueologia bíblica e o único desse segmento na América do Sul. É dirigido por professores do UNASP e alunos dos cursos de história e teologia estão envolvidos nas rotinas de catalogação, visitação, divulgação e iniciação científica.

A estrutura e organização do museu são muito simples, foram pensadas de forma a facilitar a apresentação pelos guias e o entendimento dos visitantes. A coleção está disposta em ordem cronológica e geográfica, subdividindo dessa forma os artefatos em sete coleções menores, como segue:

1) Período Patriarcal (2350 a 1800 a.C.)⁵ - A Mesopotâmia foi o local de origem de Abraão e outros patriarcas. Nessa seção, o visitante tem a noção de quão sofisticada era a vida no período patriarcal vendo os objetos relacionados às civilizações sumerianas e acadianas (de antes de 2000 a.C.), e também do primeiro império babilônico (2000 a 1750 a.C.).

Durante o período patriarcal existiam grandes cidades como Ur, Tell Mardik (Ebla) e outras. Mas os próprios patriarcas eram em sua maioria nômades, viviam em

⁵ Todas as datas são aproximadas.

tendas e deixaram poucos vestígios de sua existência. No entanto, os relatos dos patriarcas se encaixam muito bem à vida e costumes de seu tempo.

2) Período do Êxodo⁶ (1800 a 1400 a.C.)⁷ – Para os arqueólogos, o período do Êxodo cobre todos os elementos relacionados à escravidão e libertação dos hebreus do cativeiro egípcio que durou 400 anos. Nessa coleção egípcia estão peças originais e réplicas de várias datas entre 800 a.C. a 100 d.C. Nela se incluem papiros, estatuetas, pinturas e escaravelhos sagrados, um deles original.

3) Período dos Juízes ou da Conquista de Canaã (1400 a 1050 a.C.) - O início da ocupação israelita de Canaã geralmente era estudado em conexão com o período dos juízes, que foi a primeira forma de governo dos hebreus. Esse período é muito confuso e marcado por guerras e mudanças. Seu estudo arqueológico mostra que ele foi violento e incerto e que os israelitas gradualmente subjugarão seus inimigos. Entre as peças dessa coleção estão frascos de perfume, pratos de terracota, sementes carbonizadas (possivelmente destruídas pela guerra), lâmpadas a óleo, cerâmicas cananitas, tabletes e ídolos.

4) Período da Monarquia Unida e Dividida de Israel (1050 a 600 a.C.) – Do início do reinado dos grandes reis de Israel em diante existem muitos detalhes que confirmam a integridade da narrativa bíblica do período. Nessa coleção estão pedras de atiradeira semelhantes às usadas por Davi para matar Golias, uma jarra pertencente ao rei Ezequias, vasos de cerâmica e jóias, estatuetas de deuses, entre outras.

5) Período do Cativeiro Babilônico e do Pós-cativeiro, incluindo o Período Helenístico (600 a 63 a.C.) – A antiga cidade de Babilônia tem sido escavada completamente em muitos lugares. A mais importante evidência do período exílico e pós-exílico provém desse lugar e de sítios persas. Existe uma considerável riqueza de detalhes em termos de inscrições babilônicas e decretos persas. A soma de escritos bíblicos sobre a história de Israel nesse período é pequena se comparada aos escritos sobre o período real, e livros importantes como os de Daniel foram mais bem esclarecidos pelas descobertas desse período e lugares. Não podemos deixar de considerar os achados do período helenístico, incluindo o selêucida, o qual é o último período importante antes da época do Novo Testamento. Nessa sessão temos tijolos babilônicos de escrita cuneiforme com referências a Nabucodonosor (600 a.C.), moedas, odres, etc.

⁶ O período do Êxodo, para a arqueologia, cobre o período da escravidão de Israel no Egito durante aproximadamente 400 anos e a saída em direção à Terra Prometida.

⁷ A data do Êxodo e a identificação do Faraó que perseguiu os hebreus no deserto não têm um consenso entre os estudiosos. A data apresentada acima é apenas sugestiva.

6) Período Romano, de Jesus e Apostólico (63 a.C. a 100 d.C.) – Essa coleção contém peças do início da Era Cristã. Nela encontramos moedas romanas e judaicas, lâmpadas de óleo, vasos e outras evidências que ilustram a vida diária e os costumes do período do Novo Testamento.

7) Período Pós-apostólico, incluindo o Período Bizantino (100 a 1700 d.C.) – Esta última coleção de artefatos antigos do período pós-apostólico tem o propósito de fazer com que os estudantes da origem do cristianismo tenham acesso a materiais que os levem a ter uma impressão profunda da situação cultural, religiosa e histórica na qual o cristianismo surgiu. Dentre os itens, está uma coleção de lâmpadas de óleo do período bizantino e outra de moedas romanas.

A justificativa para essa disposição está baseada na compreensão do termo “Arqueologia”, que de acordo com Alfred J. Hoerth (1999, p. 13), é uma palavra evasiva. Em inglês, ela tem duas formas de se soletrar e diversas definições. Assim, tendo em vista a grande flexibilidade no uso desse termo, é bom deixar claro seu escopo para a instituição. Para o Museu Paulo Bork (que trata de fatos relacionados às Escrituras Sagradas), a Arqueologia Bíblica Histórica é o estudo científico de qualquer cultura que se relaciona com a história da Bíblia. Ela trata, acima de tudo, de escavações e descrições dos vestígios dessas antigas civilizações do mundo bíblico. No entanto, ela inclui alguns artefatos mais recentes das diversas dominações árabes na região da Palestina e da igreja cristã antes da Era Moderna.

Para uma melhor compreensão da sequência histórica das peças, o visitante é convidado a seguir a mesma direção das coleções citadas acima. À esquerda, ao entrar e seguir ao redor do expositor começa a primeira coleção. Nessa primeira parte encontram-se peças contendo formas antigas de escrita encontradas na Mesopotâmia e Egito, que foram as primeiras civilizações a desenvolver esta forma de arte.

Depois disso, o visitante pode ver uma sequência de artefatos do período patriarcal. Na segunda coleção, são encontradas peças egípcias do tempo da escravidão de Israel e do período do Êxodo. Essas duas primeiras coleções cobrem juntas um período de aproximadamente 900 anos, de 2300 a 1400 a.C. As únicas exceções são as cópias do Selo de Festus, de papiros com escrita demótica, e a pedra de Roseta (cujos originais são dos séculos 13, 7 e 2 a.C.). Por um propósito didático, essas peças foram colocadas junto às que contem inscrições a fim de mostrar aos visitantes alguns exemplos de antigas formas de escrita.

Seguindo em direção ao centro da exposição, o visitante encontra a terceira coleção. Nela podem ser observados alguns artefatos do tempo da jornada de Israel pelo deserto, a conquista de Canaã e, principalmente, o período dos juízes (1400 a 1200 a.C.). Essa coleção inclui estatuetas, lâmpadas de óleo, sementes carbonizadas e

cerâmicas, algumas delas encontradas na península do Sinai e Canaã antes e durante a ocupação hebraica.

Contornando os visitantes encontram a quarta coleção, composta por peças do período monárquico de Israel (1050 a 600 a.C.) Algumas delas foram escavadas na Síria, Jordânia e Líbano, e mostram a cultura dos povos vizinhos do antigo Israel, como os fenícios e os filisteus.

Um pouco mais adiante, encontra-se a quinta coleção. As primeiras peças são três fragmentos de tijolos babilônicos (com traços de escrita cuneiforme). Essa coleção e a próxima podem ser vistas como tendo um paralelismo didático com Daniel, capítulos 2 e 7. Encontramos exemplares representativos de quase todos os grandes impérios mundiais descritos na profecia, exceto o da Medo-Pérsia.

Seguindo em frente e contornando o último lado em direção à porta de saída, pode-se visualizar a sexta coleção. Há uma representação especial do período da dominação romana e dos primórdios do cristianismo. O período da coleção se estende até a segunda metade do primeiro século, período da destruição de Jerusalém pelos exércitos romanos.

Finalmente, fechando a exposição, encontram-se as peças mais recentes correspondentes aos períodos pós-apostólico, bizantino e islâmico, e que são parte da sétima coleção, dispostas no expositor no centro do Museu. Essas peças são datadas do segundo ao século 15 d.C. (quando a América foi descoberta), e são provenientes especialmente da Europa, Israel e Síria durante o Império Romano e o período de ocupação árabe. Antes de sair, o visitante ainda pode ver algumas ferramentas utilizadas em escavações arqueológicas.

Recentemente o museu recebeu um novo e significativo acervo de moedas, bíblias raras e artefatos dos tempos bíblicos. Para marcar essa doação, foi aberta uma exposição temporária em uma das salas do Centro de Pesquisas Ellen G. White, também localizado no campus universitário.

O museu está aberto para a visita da comunidade do UNASP e do entorno, recebendo ainda escolas da região e excursões. As peças são apresentadas também no programa de TV Evidências, um documentário educativo voltado à área de arqueologia, transmitido semanalmente pela Rede Novo Tempo e que se utiliza da arqueologia para elucidação das histórias bíblicas. Essa tem sido uma experiência bem sucedida de aproximação da arqueologia com o público, medida através dos índices de audiência e pelos acessos e comentários no blog do programa.

O Museu de Arqueologia Bíblica Paulo Bork tem atraído o interesse de estudantes e pesquisadores e seu acervo está crescendo continuamente, o que levou o UNASP a tomar a decisão de construir um novo prédio para abrigar um centro cultural,

com amplas e modernas instalações, de acordo com as normas de conservação necessárias ao patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim desse artigo com a consciência de que a arqueologia é uma ciência que, a semelhança de outras áreas do conhecimento, enfrenta entraves na comunicação com a sociedade. Para vencer essa luta e tornar-se mais acessível ela deve ultrapassar os limites da academia e valer-se de todos os meios disponíveis para estabelecer o diálogo. Os profissionais ligados a este saber devem continuar usando os métodos tradicionais de divulgação do saber científico, tais como publicações, seminários, simpósios, etc., mas também precisam estender o saber as demais camadas da população através da comunicação de massa e do contato com a comunidade.

Outra dificuldade apontada neste texto é a difícil relação entre a arqueologia e a museologia. Grande parte dos objetos arqueológicos tem como destino os museus, por isso é preciso que essas duas ciências caminhem juntas a fim de que os acervos possam ser preservados e divulgados de forma mais eficaz. É na interação de ambos os profissionais que as possibilidades das coleções serão ampliadas.

Por fim, com relação à arqueologia bíblica, percebemos que esta é uma área que desperta interesse desde o século XIX e que na atualidade vem crescendo o número de instituições museológicas e de pesquisa desta ciência nos Estados Unidos, assim o Museu Paulo Bork vem preencher essa lacuna na América Latina. Embora o museu ainda tenha uma longa trajetória pela frente, já é possível colher os seus frutos envolvendo os professores, alunos e a comunidade no fascinante universo da arqueologia e da Bíblia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. B. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. **Revista Habitus**, [Minas Gerais], v. 1, n. 2, p. 275-295, jul-dez 2003.

BASTOS, R. L. Patrimônio cultural arqueológico: instrumento de desenvolvimento turístico. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 21, n. 3, p. 67-74, 2005.

BRUNO, M. C. Arqueologia e museu: Por quê? Para quem? **Terra Indígena**, Araraquara, n. 65, p.37-43, 1992.

_____. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p.293-313, 1996.

_____. **Musealização da arqueologia**. Lisboa: ULHT, 1999.

_____. Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p.234-247, 2005.

CALDARELLI, S.; BRUNO, M. C. Arqueologia e Museologia: experiências de um trabalho integrado, pesquisas e exposições do IPH-USP. **Revista de Pré-História**, São Paulo, n.4, p.143-170, 1982.

COSTA, C. Sítios de representações rupestre da Bahia (1950-1990): levantamento dos dados primários dos acervos iconográficos das coleções arqueológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA). In: **Canindé (MAX/UFS)**, Canindé, n.6, p.139-157, 2005.

CARTA DE LAUSANNE, 1990

CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A. As possibilidades da arqueologia pública. **História e História**, v. 2009, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2012

CARVALHO, K. D. Turismo cultural e arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do patrimônio cultural. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n.1, p. 51-67, abr. 2010

COSTA, D. M. Arqueologia patrimonial: o pensar do construir. **Revista Habitus**, [Minas Gerais], v.2, n.2, p. 333-360, 2004.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

Hoerth, A. J. **Archaeology & the Old Testament**. Grand Rapids: Baker Book House, 1999.

MERRIMAN, N. "Introduction" in Diversity and Dissonance in Public Archaeology. Londres: Routledge, 2004.

NETTO, C. X. A. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.37, n.3, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652008000300001&script=sci_arttext> Acesso em: 16 de maio de 2012

RIBEIRO, D. L. **A ciência da informação em ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)**. 2007. 210f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Unidade acadêmica. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.